

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

É com imenso prazer que compartilhamos os resultados consolidados do exercício de 2023, um período marcante de consolidação e expansão para a LOC Frotas. Neste ano, nossa empresa alcançou marcos significativos e implementou iniciativas estratégicas em linha com os nossos cinco pilares de negócio: (i) **Governança Corporativa de Alto Padrão**, (ii) **Gestão Financeira e Estrutura de Capital Sólidas**, (iii) **Alocação de Capital com Diligência**, (iv) **Disciplina na Execução da Estratégia**, e (v) **Geração Sustentável de Valor a Longo Prazo**.

Em 2023, emitimos nossa segunda rodada de debêntures na B3, conforme Resolução CVM nº 160, totalizando R\$ 110.000.000,00, triplicando o montante da nossa primeira emissão e refletindo a confiança contínua dos investidores em nossa capacidade de gerar caixa e entregar resultados consistentes.

Nosso Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) consolidado atingiu 22%, evidenciando nosso compromisso com a maximização do retorno, impulsionado por investimentos substanciais em tecnologia. Além disso, a diligência na alocação de capital resultou numa redução do custo efetivo da dívida, ampliando o spread entre o ROIC e o Custo da Dívida para 11 pontos percentuais, proporcionando melhorias significativas no fluxo de caixa.

A disciplina na execução da estratégia levou-nos a um faturamento operacional bruto de mais de R\$ 122 milhões, representando um aumento notável de 63% em relação ao ano anterior. Com investimentos em digitalização e eficiência de processos, alcançamos um EBITDA de mais de R\$ 86 milhões, um incremento de mais de 61% em comparação com 2022, com uma margem EBITDA consolidada de 78%.

Encerramos 2023 com um Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA) de 2,86x, reafirmando nossa estratégia de crescimento sustentável e controle rigoroso dos índices de alavancagem.

Além dos resultados financeiros robustos, nos orgulhamos do nosso NPS em níveis de excelência e da expansão da nossa base de clientes em mais de 33% em relação a 2022. Investimos continuamente na melhoria da experiência do cliente, fortalecendo nossa presença em mais de 20 estados do Brasil.

Por meio de parcerias estratégicas e uma sólida rede de fornecedores, ampliamos nossa capilaridade em todo o país. Nossas filiais em Parauapebas/PA e Mara Rosa/GO, juntamente com nossa frota de mais de 2.200 equipamentos, refletem nosso compromisso com o atendimento excepcional aos clientes.

O setor de locação de caminhões continua a ser uma área de foco, representando mais de 25% da nossa receita total, consolidando nossa posição como referência no

mercado. Além disso, a consolidação da nossa estrutura de Seminovos, com vendas saudáveis e sólidas parcerias, contribuiu significativamente para nossos resultados.

Por fim, firmamos uma importante parceria com a Way Carbon, fortalecendo nossa agenda ESG e nosso compromisso com práticas sustentáveis e responsáveis.

Agradecemos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio contínuo, aos nossos valorosos clientes pela confiança depositada, aos dedicados colaboradores pelo empenho incansável e aos investidores pelo suporte e confiança em nosso planejamento estratégico.

Reiteramos nosso compromisso inabalável com a excelência em Governança, a geração sustentável de valor, estrutura sólida de capital, a execução da disciplina da nossa estratégia e a diligência na alocação de capital.

Reforçamos nossa confiança no ano de 2024 e na nossa capacidade de continuarmos evoluindo na entrega de resultados positivos e sustentáveis.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Loc Frotas Locações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Loc Frotas Locações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Loc Frotas Locações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Emissão de Debêntures Simples

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apresenta em seu balanço patrimonial, obrigações com Debêntures Simples no montante de R\$ 110.000.000 conforme divulgação na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis. As Debêntures simples possuem garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Veículos de Titularidade da Emissora tendo em vista a fiança prestada pelos fiadores. As Debêntures Simples serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição sem modalidade de liquidação e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

- Debêntures Simples - 2ª emissão;

São Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o rito automático de registro, da LOC Frotas Locações S.A., emitidas em 15/09/2023 subscritas e integralizadas à vista a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta pelo seu valor nominal unitário, de R\$ 1.000 (um mil reais), acrescido da remuneração das debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início de Rentabilidade até a respectiva e efetiva Data de Integralização, no importe total de R\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) e possui prazo de vencimento até 15 de setembro de 2028.

Por se tratar de uma obrigação relevante para a Empresa e sujeita a fatores externos para cumprimento das garantias atreladas as debêntures simples, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao monitoramento das garantias vinculadas às Debêntures de simples emissão, as obrigações adicionais da emitente e dos fiadores, bem como a revisão dos procedimentos abaixo:

- Autorizações e registros realizados nos órgãos oficiais controladores (B3 e Pentágono);
- Efetuamos procedimento de circularização com o Agente Fiduciário Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
- Atas das assembleias gerais respectivas, nas quais são autorizados os processos (pelas publicações ou pelos registros de atas);
- Autorização de emissão, pela Diretoria, para efeitos de controles internos;
- Nomeação de agentes oficiais ou especializados, identificando-os;
- Cumprimento de obrigações não pecuniárias;
- Avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os controles internos utilizados pela Administração para monitoramento e cumprimento das garantias e obrigações vinculadas às Debêntures são razoáveis e as divulgações estão consistentes com dados e informações obtidos ao longo de nossos trabalhos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2024.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.292.367	15.319.055
Contas a receber	6	19.871.793	13.156.802
Impostos a recuperar	7	608.165	1.642.952
Ativos destinados a venda	8	4.649.554	585.445
Outros ativos circulantes	9	8.261.624	104.245
		64.683.503	30.808.499
Não circulante			
Investimentos	-	898.037	40.342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	13.772.007	-
Imobilizado	10	329.956.519	247.791.090
		344.626.563	247.831.432
Total do ativo		409.310.066	278.639.931
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a)	38.464.000	36.464.000
Reserva de lucros	-	36.764.279	11.381.978
		75.228.279	47.845.978
Total do passivo e patrimônio líquido		409.310.066	278.639.931
As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.			

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	19	110.869.483	68.454.528
Custos dos serviços prestados	20	(38.990.859)	(13.328.002)
Lucro bruto		71.878.624	55.126.526
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	21	(3.745.244)	(1.397.220)
Despesas administrativas e gerais	22	(3.230.726)	(4.689.636)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	23	6.431.606	2.502.801
		(544.364)	(3.584.055)
Resultado operacional antes das despesas financeiras, líquidas		71.334.260	51.542.471
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	24	1.427.319	2.125.131
Despesas financeiras	24	(41.825.843)	(21.061.751)
		(40.398.524)	(18.936.620)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	25	(5.553.435)	(13.102.834)
		(5.553.435)	(13.102.834)
Lucro líquido do exercício		25.382.301	19.503.017
Lucros do exercício por ação (em R\$)		0,66	0,53

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	25.382.301	19.503.017
Resultado abrangente total do exercício	25.382.301	19.503.017

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Reserva de lucros		Lucros líquidos / (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.464.000	-	(8.121.039)	(6.657.039)
Integralização de capital social	35.000.000	-	-	35.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	19.503.017	19.503.017
Destinações:				
Constituição da reserva legal	-	569.099	(569.099)	-
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	10.812.879	(10.812.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	36.464.000	10.812.879	-	47.845.978
Integralização de capital social	2.000.000	-	-	2.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	25.382.301	25.382.301
Destinações:				
Constituição da reserva legal	-	1.269.115	(1.269.115)	-
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	24.113.186	(24.113.186)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	38.464.000	1.838.214	-	75.228.279
As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.				

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	25.382.301	19.503.017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação do ativo imobilizado	8.256.718	5.972.141
Baixas do ativo imobilizado	74.485.346	4.117.262
Amortizações de direito de uso	212.166	184.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.553.435	13.102.834
(Reversão)/constituição de provisão para perdas com contas a receber	319.789	472.505
	114.209.755	43.352.374
(Aumento líquido)/diminuição nos ativos		
Contas a receber	(7.034.780)	(9.821.714)
Impostos a recuperar	1.034.787	(1.244.606)
Estoque de veículos para venda	(4.064.109)	(585.445)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(8.157.379)	308.337
	(18.221.481)	(11.343.428)
Aumento líquido/(diminuição) nos passivos		
Fornecedores	9.889.512	(3.549.718)
Obrigações sociais e trabalhistas	371.959	135.588
Obrigações tributárias	(116.453)	1.827.047
Adiantamentos de clientes	2.228.246	1.225.523
Outras contas a pagar	(409.494)	409.494
	11.963.770	47.934
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	107.952.044	32.056.880
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de investimentos	(857.695)	(39.172)
Aquisições de bens para o imobilizado	(165.119.659)	(112.239.597)
Arrendamentos direito de uso	(212.166)	(190.466)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(166.189.520)	(112.469.235)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimentos de recursos para integralização de capital	2.000.000	35.000.000
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas, líquidos	(1.599.667)	(40.909.001)
Juros sobre arrendamento - direito de uso	-	16.782
Aumento/(redução) em empréstimos e financiamentos, líquidos	73.810.455	67.730.081
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	74.210.788	61.837.862
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.973.312	(18.574.493)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.319.055	33.893.548
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.292.367	15.319.055
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.973.312	(18.574.493)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Loc Frotas Locações S.A. (“Companhia”) ou (“Loc Frotas”) iniciou suas atividades em 26 de junho de 2020 é uma sociedade anônima de capital fechado, com Sede na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e o seu objeto social é a locação de automóvel sem condutor. A Companhia possui uma filial denominada Filial Parauapebas com Sede no Município de Parauapebas/PA e iniciou um processo de abertura de nova Filial no município de Mara Rosa/GO em dezembro de 2023.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº4.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de abril de 2024.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

(b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

(c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o lucro

i. Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

ii. Reforma tributária internacional - regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

(d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro, líquido".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Diretoria.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil às taxas informadas na Nota Explicativa nº 9, e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor contábil do ativo quando exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

3.5. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período de tempo, em troca de contraprestação.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Pagamentos estes que incluem os pagamentos fixos menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento para os contratos de curto prazo (ou seja, aqueles cujo prazo de vigência seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início, e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa, pelo método linear, ao longo do prazo do contrato.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável necessariamente demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos. São capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-la é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para Contingências

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia nos processos judiciais pendentes na data do balanço.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 - Receita com contratos de clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar como e em que momento será reconhecida, bem como sua mensuração, desde que as receitas e custos possam ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

a. Venda de serviços

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (ii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; (iii) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável e (iv) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa ou crédito com Imposto de Renda e Contribuição Social representa no resultado da Companhia a soma dos impostos correntes e diferidos (quando existentes).

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corrente está baseada no Lucro tributável do exercício. O Lucro tributável difere do Lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As alíquotas aplicáveis ao Lucro tributável são de 25% para o Imposto de Renda (IR) e de 9,0% para a Contribuição Social (CS).

3.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem as interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) **Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) **Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) **Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) **Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar, através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos imóveis para auferir aluguel ou para valorização do capital, à seleção das vidas úteis e avaliação de valores recuperáveis do ativo imobilizado, valores de mercado de estoques, avaliação de passivos contingentes e para impostos incidentes sobre operações e os lucros, provisões necessárias para redução de ativos e passivos aos valores de efetiva realização e outras similares. A liquidação de transações envolvendo estas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores estimados.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, as quais são reconhecidas no período em que ocorrem, ou seja, dentro de seu período de competência.

5. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Caixa	500	500
Contas correntes bancárias	7.357	3.762.779
Aplicações financeiras	31.284.510	11.555.776
	<u>31.292.367</u>	<u>15.319.055</u>

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, de acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos, dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de terceirização de frota, conforme demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
Clientes - Nacionais	20.586.909	13.629.307
Clientes - Partes relacionadas (i)	77.178	-
(-) PECLD	(792.294)	(472.505)
	<u>19.871.793</u>	<u>13.156.802</u>

- (i) As operações a receber a Localix Serviços Ambientais Ltda. referem-se a operações normais de terceirização de frota e foram realizadas nos mesmos parâmetros aplicáveis nas operações com terceiros.

A Companhia registra, após análise individualizada de contas a receber de clientes, a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em valor considerado suficiente pela Diretoria para cobrir perdas prováveis conforme apresentado seguir:

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
A vencer	12.659.892	9.824.328
Vencidos até 30 dias	1.260.617	1.727.472
Vencidos de 31 a 180 dias	4.106.495	1.106.971
Vencidos há mais de 180 dias	2.637.083	970.536
	20.664.087	13.629.307

7. Impostos a recuperar

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Saldo da Declaração IRPJ 2022	311.126	-
Saldo da Declaração IRPJ 2021	187.830	-
IRRF sobre aplicações financeiras	89.886	385.465
COFINS a compensar	-	1.016.335
PIS a compensar	-	224.334
Outros impostos a recuperar	19.323	16.818
	608.165	1.642.952

8. Ativos destinados à venda

Em 31 de dezembro, o estoque de veículos para venda possui a seguinte composição:

	2023	2022
Estoque de veículos para venda	4.649.554	585.445
	4.649.554	585.445

Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como ativo imobilizado disponibilizados para venda, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros ativos circulantes

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores	5.759.473	89.783
Consórcio	1.559.076	-
Outros	943.075	14.462
	<u>8.261.624</u>	<u>104.245</u>

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada como segue:

Custo ou avaliação	Veículos (a)	Máquinas e equipamentos	Instalações/móveis e utensílios	Equipamentos p/ processamento de dados	Direito de uso de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	141.485.805	3.692.795	70.074	34.025	290.481	145.573.180
Adição	106.388.779	5.749.500	21.095	80.223	252.331	112.491.928
Depreciação	(3.997.431)	(1.950.277)	(7.970)	(16.463)	-	(5.972.141)
Amortização	-	-	-	-	(184.615)	(184.615)
Baixas	(4.117.262)	-	-	-	-	(4.117.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	239.759.891	7.492.018	83.199	97.785	358.197	247.791.090
Custo total	256.090.539	10.469.569	96.681	118.165	651.026	267.425.980
Depreciação acumulada	(16.330.648)	(2.977.551)	(13.482)	(20.380)	(292.829)	(19.634.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	239.759.891	7.492.018	83.199	97.785	358.197	247.791.090
Adição	154.698.273	10.194.163	69.400	157.823	-	165.119.659
Depreciação	(6.953.747)	(1.258.970)	(3.503)	(40.498)	-	(8.256.718)
Amortização	-	-	-	-	(212.166)	(212.166)
Baixas	(65.252.658)	(9.216.984)	(15.704)	-	-	(74.485.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	322.251.759	7.210.227	133.392	215.110	146.031	329.956.519
Custo total	345.775.089	10.212.259	160.493	275.861	325.027	356.748.729
Depreciação acumulada	(23.523.330)	(3.002.032)	(27.101)	(60.751)	(178.996)	(26.792.210)
Valor contábil	322.251.759	7.210.227	133.392	215.110	146.031	329.956.519
Taxa de depreciação	20% e 25%	10%	10%		10%	

(a) A Companhia possui financiamentos contratados junto a instituições financeiras na modalidade Finame e CDC e os respectivos veículos são dados em garantia através de alienação fiduciária.

Depreciação Fiscal

Definida pela IN SRF nº 162/1998, as taxas de depreciação fiscal é preestabelecida baseada em referência à NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul).

Em relação à Locadora de Veículos, diferimos os veículos em passeio e utilitário:

- **NCM 8702 e 8704:** veículos utilitários;
- **NCM 8703:** veículos de passeio.

Para fins de apuração, a depreciação fiscal é a válida para apuração de impostos.

Depreciação Societária

A resolução CFC nº 1.177/2009, que aprova a NBC TG 27 (R4) Ativo imobilizado, determina que a empresa efetue uma análise criteriosa do imobilizado e a partir desse ponto passe a estimar a vida útil do bem. A depreciação contábil deve ser elaborada com base na vida útil do bem. Sendo assim, a depreciação será calculada pelo valor depreciável, a qual é mencionado no item 6 do CPC 27 dispondo que o mesmo, é o custo menos o valor residual que resultará o valor depreciável. E valor residual é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

Logo, é constatado que de acordo com as normas contábeis a forma de cálculo da depreciação societária difere da depreciação fiscal, pois trata-se de um modelo de cálculo que leva em consideração a vida útil do bem e o retorno esperado na venda mediante diretrizes da empresa e situação do mercado.

Posto isso, a empresa tem a possibilidade de analisar item a item para definir a vida útil do bem e aplicar a taxa de depreciação a ser utilizada.

Em nosso trabalho avaliamos as alterações no mercado, valorização dos bens, e alteração da forma de uso dos bens reduzindo sua vida útil estimada.

Nossa Companhia é uma locadora de veículos e tem como principal ativo a frota de veículos, enquadrando-se neste perfil de empresa, cujo controle da depreciação societária dos veículos interfere diretamente na contabilização da empresa, e como este imobilizado é de grande relevância nas demonstrações contábeis as variações descritas acima impactam no cálculo da depreciação. A não atualização dos cálculos geram inconformidade com a legislação contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ressaltamos ainda, que o nosso estudo discorre apenas sobre as diretrizes do cálculo de depreciação societária e contabilização da mesma, com base nas normas contábeis, e isso nada interfere no cálculo da depreciação fiscal para apuração dos impostos conforme determina Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

Então vejamos:

1. Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável;
2. Valor depreciável é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual;
3. Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil;
4. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo;
5. Vida útil é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.

Após o nosso estudo de mercado e utilização chegamos as seguintes definições para as classes de bens:

Classificação	Vida Util (mês)
Veículos Pesados	60
Veículos Leves	24
Implemento	60
4x4	36

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de “Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida” é apresentada como se segue:

	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros (% a.a.)</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital de giro				
Banco do Brasil	set/26	CDI + 4,60	15.018.256	-
Banco Sicoob	jun/29	CDI + 0,59	12.264.518	-
Banco BDMG	nov/24	13,91%	3.570.961	-
Banco ABC Brasil	out/26	CDI + 0,59	2.089.480	-
Banco Itaú	nov/24	12,56%	1.542.037	3.084.297
Banco Safra	jun/24	10,15% - 10,67%	194.098	1.407.274
			34.679.350	4.491.571
Aquisição de ativo				
Banco Volkswagen S/A	ago/24 - mai/27	9,90% - 19,42%	40.125.873	49.978.041
Banco Mercedes Benz	set/26 - dez/27	14,70% - 17,45% / SELIC + 2,4% - SELIC + 3,6%	22.742.626	23.112.903
Banco Santander	jul/24 - nov/26	8,73% - 15,93%	21.688.038	7.696.137
Banco Sicoob	abr/24 - nov/25	8,86% - 21,41% / CDI + 9,38%	8.053.776	12.020.607
Banco BDMG	nov/24 - mai/27	11,74% - 17,02% / IPCA + 4,94%	7.842.991	15.559.989
Banco Rodobens	jul/24 - jul/25	11,05% - 17,68%	7.555.033	10.430.669
Banco Volvo	jun/28	15,96% - 22,28%	7.416.260	4.602.145
Banco ABC Brasil	set/24 - out/24	13,62% - 14,02% / CDI + 7,31%	5.301.463	7.427.285
Banco Bradesco S/A	mai/24 - jun/27	8,86% - 17,45%	3.473.669	3.098.780
Banco Renault - RCI Brasil	mai/28	16,55% - 18,65%	2.691.011	-
Banco Itaú	mar/24 - fev/26	9,25% - 10,09%	2.162.098	1.539.002
Banco Safra	fev/24 - jun/24	10,70% / 199% CDI	1.046.182	4.572.967
Banco Toyota	mar/24 - dez/25	9,77% - 18,01%	856.890	7.635.392
Banco Alfa	set/24	12,09%	572.735	1.265.194
Banco CNH	fev/25 - mar/25	8,91%	413.308	728.403
Banco do Brasil	nov/24 - jun/25	16,35% / CDI + 4,6%	-	19.955.137
Banco Daycoval	fev/25	17,77%	-	3.229.729
Banco BS2	ago/26 - out/26	CDI + 8,08%	-	3.143.684
			131.941.953	175.996.064
			166.621.303	180.487.635
Títulos de dívida				
2ª emissão - Série 1ª e 2ª	set/28	CDI + 5%	110.626.073	20.156.571
			110.626.073	20.156.571
(-) Custos com emissão de debêntures			(3.706.677)	(1.603.376)
			(3.706.677)	(1.603.376)
Gaplan - Consórcios	mar/28		9.014.382	9.703.796
			282.555.081	208.744.626
Circulante			74.043.736	59.698.295
Não circulante			208.511.345	149.046.331

- a) Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Companhia emitiu em 15 de setembro de 2023, suas 2ª (segunda) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos da LOC Frotas Locações S.A, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sendo o serviço de escrituração prestado, pela Pentágono S.A. -Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. As Debêntures foram depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição sem modalidade de liquidação e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. O título de dívida como segue:

Série	Emissão	Data de emissão	Data de vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Valor emitido
1ª série	2ª emissão	15/09/2023	15/09/2028	100% da Taxa DI + 5,00% a.a	75.000.000
2ª série	2ª emissão	15/09/2023	15/09/2028	100% da Taxa DI + 5,00% a.a	35.000.000

Apresentamos abaixo os índices financeiros de *covenants* referente a debêntures emitidas e integralizada pela Companhia.

Ano	Índice	Limites	Índice apurado na data
31/12/2023	Dívida Bancária Líquida/ EBITDA	Igual ou inferior que 3,0x	2,86

12. Fornecedores

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Fornecedores diversos	11.434.646	1.545.134
	11.434.646	1.545.134

Refere-se a aquisição de veículos para frota da empresa em 12/2023 sendo registrados as Notas Fiscais "Ativo Imobilizado X Fornecedores". As mesmas são quitadas no início do ano subsequente

13. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Provisão de férias e encargos	271.582	68.370
Salários a pagar	145.916	62.474
INSS a recolher	117.396	49.557
FGTS a recolher	24.782	7.316
	559.676	187.717

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações tributárias

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
COFINS a recolher	1.423.668	1.494.784
PIS a recolher	251.471	318.988
Imposto de renda retido a recolher	18.866	5.530
ISSQN retido a recolher	15.355	10.687
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	4.260	7.442
INSS retido a recolher	2.243	1.716
Outras obrigações tributárias	6.831	-
	1.722.694	1.839.147

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ Diferido	10.126.476	-	23.844.321	9.634.437
CSLL Diferido	3.645.531	-	8.583.955	3.468.397
	13.772.007	-	32.428.276	13.102.834

16. Partes relacionadas

Os saldos da Rubrica “Partes relacionadas” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
Localix Serviços Ambientais Ltda.	1.758.445	3.358.112
	1.758.445	3.358.112

17. Provisão para contingências

Com base na opinião de seus advogados, a Companhia não possui processos cuja possibilidade de perda foi considerada provável ou possível. A Diretoria da Companhia revisa as contingências cíveis, trabalhistas e tributárias quando

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

existentes, avaliando as possibilidades de eventuais perdas. A Companhia não espera perdas relevantes, e entende ser desnecessária a constituição de provisão para contingências.

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 38.464.000 (trinta e oito milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil reais) dividido em 38.464.000 (trinta e oito milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil) ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim representado:

Acionista	Quant. Ações	% participação	Valor ações
Loc Participações S.A.	38.464.000	100,00%	38.464.000
	38.464.000	100%	38.464.000

19. Receita operacional líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	2023	2022
Receita de prestação de serviços		
Locação/terceirização de frota	109.016.680	69.053.878
Gestão de frota	13.188.126	6.443.884
	<u>122.204.806</u>	<u>75.497.762</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS sobre locação/terceirização de frota	(9.314.605)	(5.790.534)
PIS sobre locação/terceirização de frota	(2.020.718)	(1.252.700)
	<u>(11.335.323)</u>	<u>(7.043.234)</u>
Receita líquida total	<u>110.869.483</u>	<u>68.454.528</u>

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos dos serviços prestados

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Depreciação	(15.117.284)	(2.223.519)
Pecas e consumo	(11.356.938)	(5.491.496)
Manutenção de veículos/equipamentos	(6.824.925)	(2.006.220)
IPVA	(3.109.746)	-
Frete e carretos	(1.217.345)	(1.252.490)
Combustíveis e Lubrificantes	(422.424)	(671.732)
Seguros de veículos	(345.892)	(818.771)
Serviços de terceiros contratados	-	(318.185)
Rastreadores e telemetria	-	(314.506)
Outros custos	(596.305)	(231.083)
	<u>(38.990.859)</u>	<u>(13.328.002)</u>

21. Despesas com pessoal

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Salários e ordenados	(1.787.542)	(562.160)
INSS e FGTS sobre folha	(769.352)	(330.952)
Ticket refeição/alimentação	(366.244)	(250.854)
Provisão de férias, 13º salários e encargos	(410.630)	(87.823)
Vale transportes / transporte de empregados	(203.048)	(43.184)
Assistência médica	(99.548)	(43.096)
Aviso prévio	(40.442)	(69.249)
Outros	(68.438)	(9.902)
	<u>(3.745.244)</u>	<u>(1.397.220)</u>

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas administrativas e gerais

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Honorários advocatícios e contábeis	(640.219)	(86.437)
IOF - IOC	(527.148)	(366.864)
Serviços de terceiros	(451.803)	(272.083)
Impostos e taxas diversas	(296.374)	(193.402)
Serviços de informática	(211.864)	(312.542)
Cursos e Treinamentos	(89.748)	(287.056)
Aluguel e condomínio	(15.501)	(7.254)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(1.285)	(1.726)
IPVA	-	(1.796.908)
Licença de uso de portais de compras	-	(165.337)
Seguro de bens e veículos	-	(20.002)
Materiais auxiliares e de consumo	-	(14.957)
Combustíveis e lubrificantes	-	(406)
Outras despesas gerais e administrativas	(996.784)	(1.164.662)
	<u>(3.230.726)</u>	<u>(4.689.636)</u>

23. Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Venda do ativo imobilizado	6.431.450	2.502.801
Outras	156	-
	<u>6.431.606</u>	<u>2.502.801</u>

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Receitas financeiras decorrentes de:		
Rendimento aplicações financeiras	662.941	1.919.221
Juros ativos	125.258	166.076
Descontos obtidos	639.120	39.834
	<u>1.427.319</u>	<u>2.125.131</u>
Despesas financeiras decorrentes de:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.500.793)	(19.896.865)
Juros sobre Debêntures	(9.346.806)	-
Descontos Concedidos	(1.851.314)	(246.743)
Tarifas e despesas bancárias	(120.698)	(266.389)
Multas	-	(4.522)
Outras despesas financeiras	(6.232)	(647.232)
	<u>(41.825.843)</u>	<u>(21.061.751)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(40.398.524)</u></u>	<u><u>(18.936.620)</u></u>

25. Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Imposto de Renda/IRPJ - Diferido	(4.083.408)	(9.634.437)
Contribuição Social/CSLL - Diferido	(1.470.027)	(3.468.397)
	<u><u>(5.553.435)</u></u>	<u><u>(13.102.834)</u></u>

A Companhia optou para fins de IRPJ e CSLL, pela tributação com base no Lucro Real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é reconhecido na demonstração do resultado e são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Demonstração do cálculo do EBITDA

	2023	2022
Receita operacional líquida		
Receita de serviços	110.869.483	68.454.528
	<u>110.869.483</u>	<u>68.454.528</u>
Custos operacionais		
Custo dos serviços prestados	(8.756.291)	(8.880.963)
Depreciação	(15.117.284)	(2.223.520)
	<u>(23.873.575)</u>	<u>(11.104.483)</u>
 Lucro bruto vinculado a margem de contribuição	 <u>86.995.908</u>	 <u>57.350.045</u>
 Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(3.745.244)	(1.397.220)
Despesas administrativas e gerais	(3.230.726)	(4.689.636)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	6.431.606	2.502.801
	<u>(544.364)</u>	<u>(3.584.055)</u>
 Ebtida - R\$	 86.451.544	 53.765.990
 % EBITDA - Margem	 <u>78%</u>	 <u>79%</u>
 Receitas e despesas financeiras, líquidas	(40.398.524)	(18.936.620)
Depreciações e amortizações	(15.117.284)	(2.223.519)
	<u>30.935.736</u>	<u>32.605.851</u>
 Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	 <u>30.935.736</u>	 <u>32.605.851</u>
 Provisão para Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.553.435)	(13.102.834)
 Resultado líquido do exercício	 <u>25.382.301</u>	 <u>19.503.017</u>

27. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, e a administração desses instrumentos são efetuadas através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

A política de vendas de serviços da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez

A Diretoria da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Diretoria é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

28. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Diretoria considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Felipe Luz dos Santos Pereira
Diretor

Nívea Salum França Ferreira
Contadora CRC 1 MG 63003/0-9